

Vereador faz denúncia de suposta irregularidade ambiental

Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Viçosa, ocorrida no último dia 8, o vereador Luis Eduardo (PDT) questionou os procedimentos da política ambiental na cidade e sua fiscalização. Segundo o vereador, muito se tem discutido a respeito de obras que são necessárias para o desenvolvimento da infraestrutura de Viçosa, principalmente no âmbito do trânsito de veículos, mas que são questionadas por causa do impacto ambiental que elas podem gerar.

Uma das preocupações na questão ambiental é a bacia do São Bartolomeu, principal fonte de abastecimento de água no município, e que é alimentada por vários córregos e nascentes na região de Viçosa.

O Vereador afirma que as discussões e debates a respeito da preservação das áreas ambientais e o planejamento de obras para que se minimizem os impactos causados nessas áreas são muito válidos. Porém, a fiscalização sobre as irregularidades ambientais que ocorrem na cidade são realizadas de maneira desproporcional. Segundo o Vereador, as pessoas com menor poder aquisitivo estão sendo multadas e ameaçadas de prisão se cometem algum crime ambiental, mas as pessoas com melhores condições financeiras estão agindo de forma livre, sem serem “incomodados” pela fiscalização.

O vereador deu como exemplo uma obra na Rua Bernardes Filho, no Bairro de Lourdes, no antigo Adson Bicalho, uma área que já foi interditada uma vez pelo Poder Público justamente por se tratar de uma APP (Área de Preservação Permanente). Segundo Luís Eduardo, “o local abriga as nascentes com maior quantidade de água que alimenta a sub-bacia do São Bartolomeu”. O Vereador presenciou tratores jogando terra para dentro desse local e usando “de forma rudimentar e arcaica, feixes de bambu para dar vazão à água que nasce no local”. O vereador ainda questionou a eficácia dessa técnica e a falta de fiscalização da obra no local.

O vereador Cebolinha se mostrou indignado, pois ainda não viu nenhuma providência sendo tomada para investigar a legalidade da obra, que pode ter um impacto muito negativo para a bacia hidrográfica, e classificou essa situação como “uma falta de respeito com a população viçosense”. Segundo ele, “se um popular de origem humilde fura uma cisterna sem autorização, ele é processado por crime contra o meio ambiente. Agora, se a irregularidade parte de alguém que tem o poder econômico nas mãos, nada acontece. Viçosa está cada vez mais se tornando uma cidade sem Lei!”.

Os vereadores Marcos Arlindo (PV) e Lidson Lehner (PR) manifestaram apoio ao discurso do vereador. Segundo Lidson, “em Viçosa, parece que a Lei não é para todo mundo”. O vereador Antônio Elias (PMDB) afirmou que a Câmara muito tem discutido e lutado pela causa ambiental na cidade, mas que não consegue ver as providências necessárias sendo tomadas pelos órgãos competentes e nem a fiscalização necessária.

Já o vereador João Batista (PR) afirmou que é necessário se averiguar antes a legitimidade da obra levantada pelo vereador Luis Eduardo, uma vez que existem dispositivos legais de compensação ambiental que podem dar respaldo para os responsáveis pela obra.

Na quinta-feira, 10, o vereador Luís Eduardo convocou para uma reunião na Casa o Diretor do Instituto de Planejamento do Município (IPLAM) e o Chefe do Departamento de Fiscalização da Prefeitura de Viçosa para esclarecimentos do assunto.

Por se tratar de uma obra particular, ambos se comprometeram a buscar todas as informações referentes à obra, e a denúncia feita pelo vereador.